

## RESENHA

FILGUEIRAS, Luiz. **História do Plano Real: fundamentos, impactos e contradições**. 3. ed. São Paulo: Boitempo, 2006.

Antônia Jesuíta de Lima

Universidade Federal do Piauí (UFPI)

Luiz Filgueiras é professor do Departamento de Economia Aplicada da Faculdade de Ciências Econômicas e do Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Graduou-se em Ciências Econômicas em 1978 e concluiu o mestrado em Economia em 1983 na UFBA. É doutor em Teoria Econômica pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e pós-doutor em Economia pela Universidade Paris 13.

O livro *História do Plano Real* foi lançado em 2000, numa versão modificada da tese apresentada e aprovada em concurso para professor titular do Departamento de Economia Aplicada da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal da Bahia, em 1999. O texto reúne reflexões produzidas pelo autor sobre a economia brasileira e as políticas de estabilização implantadas no Brasil desde o início dos anos de 1980 até 1999, em particular a do Plano Real.

A sua publicação ocorreu num ambiente de intensos debates sobre a política econômica em vigor e os impasses enfrentados pelo governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2003) para implementar o programa de estabilização monetária adotado por Itamar Franco em fins de 1993. Para o autor, problemas como a crise cambial, a fuga de capitais e a desvalorização da moeda eram apenas desdobramentos necessários da própria lógica do programa adotado, que ameaçavam a estabilidade monetária e colocavam em xeque a ideia de uma moeda forte, o que se confirmara com o fim da âncora cambial e o retorno das pressões inflacionárias, dos elevados níveis de desemprego, do aumento do déficit nas contas externas, da

dívida pública e outros indicadores macroeconômicos que sinalizavam para erros e equívocos teóricos e políticos do modelo econômico.

Partindo desse cenário e apoiando-se nos fundamentos da economia política, realiza o autor um exame acurado e crítico da concepção, trajetória e impacto do Plano Real sobre a economia brasileira e as perspectivas de continuidade da política de estabilização. O ponto de vista adotado é que o Plano Real era, antes de tudo, um produto econômico, ideológico e político de um movimento dinâmico de três fenômenos que marcaram o desenvolvimento do capitalismo nas décadas de 1980 e 1990, o neoliberalismo, a reestruturação produtiva e a globalização, que repercutiram no Brasil de forma avassaladora. O argumento tem dois desdobramentos: o primeiro assegura que o Plano Real não foi uma estratégia isolada de redefinição da economia brasileira, porquanto se articulava a um projeto de realinhamento global do capitalismo, experiência que já vinha ocorrendo em outros países, como Argentina e México. Com efeito, cumprindo o receituário do Consenso de Washington, o programa de estabilização brasileiro impactara fortemente o desenho da estrutura do Estado, com implicações em sua forma de atuação nos campos da economia e das políticas sociais, na reestruturação, concentração e desnacionalização de diversos setores econômicos, nas relações internacionais, comerciais e financeiras, nas relações trabalhistas e no perfil do mercado de trabalho.

O segundo desdobramento parte da ideia de que a estabilidade monetária, lastreada numa indiscriminada abertura comercial e financeira da economia e, até 1999, na sobrevalorização da nova moeda (real), ao exigir elevadas taxas de juros para a sustentação da *âncora cambial*, provocara uma permanente situação de instabilidade macroeconômica, expressa na fragilização do balanço de pagamentos, na deterioração das finanças públicas, em baixas taxas de crescimento e no elevado aumento do nível de desemprego.

O autor explora, inicialmente, as transformações estruturais do sistema capitalista ocorridas nas últimas décadas do século XX e seus efeitos econômicos, políticos e sociais nas sociedades contemporâneas e identifica o *neoliberalismo*, a *reestruturação produtiva* e a *globalização* como os pilares de uma nova lógica da produção e organização social e da nova ordem econômica e política mundial. Esses três fenômenos, que segundo Filgueiras, foram tratados à época com “[...] uma grande dose de determinismo e inexorabilidade.”, serviram de justificativa ideológica para as forças sociais que conduziram tal processo diluírem e confundiram os seus interesses materiais particulares com os gerais e agravaram a exclusão social em todo o mundo, desde países em desenvolvimento, como o Brasil, aos desenvolvidos, como o próprio movimento da história tem demonstrado. Embora com dinâmicas distintas, esses três fenômenos tinham um denominador comum: a acumulação flexível, ou seja, uma total liberdade ao capital em seu processo de valorização e de exploração da força de trabalho, o que significa flexibilidade espacial, temporal, produtiva, financeira e de comercialização, da jornada de trabalho e da remuneração dos trabalhadores, etc.

Assim, o ideal neoliberal era o mais adequado a essa nova ordem econômica mundial, que se daria tanto no nível microeconômico, com a defesa da individualização das relações entre capital e trabalho, quanto na reorientação da intervenção do Estado para restringir o próprio campo de atuação. A reestruturação produtiva e a globalização estimulariam, por seu turno, o desenvolvimento das forças produtivas e ampliariam o circuito da acumulação, de sorte que esse ambiente econômico, social e político assim marcado e sob a hegemonia da doutrina e das políticas neoliberais, influenciou profundamente as formulações do Plano Real.

Aponta ainda o autor as variáveis de natureza macroeconômica que marcaram a chamada *década perdida* (1980) e a adesão de Fernando Collor de Melo à agenda neoliberal como antecedentes históricos que exerceram

forte influência na construção do Plano Real, examinando em detalhe a crise da dívida externa, o posterior ajuste monetário do balanço de pagamentos imposto pelo FMI, o Plano Cruzado e a ruptura econômica promovida pelo governo Collor via políticas neoliberais que permitiram o ingresso do país na nova ordem mundial. Destarte, para o autor, o chamado Consenso de Washington e o Plano Cruzado constituíram as duas principais referências para a construção do Plano Real, a primeira contribuindo com os insumos teóricos e ideológicos e a segunda com as lições sobre o que não se deveria repetir como política econômica.

No exame detalhado da implementação do Plano Real, em suas distintas fases (ajuste fiscal, criação da Unidade de Referência do Valor (URV) e implantação efetiva) e das medidas que lhe deram sustentação, Filgueiras advoga que as reformas na economia e no Estado e as privatizações, o próprio programa de estabilização *stricto sensu* e a abertura comercial e financeira foram-lhe dimensões cruciais. As reformas, segundo o autor, serviram ao mesmo tempo de base para um novo modelo de desenvolvimento e de condição para o sucesso do Plano. Como modelo de desenvolvimento,

[...] garantiriam a racionalização do Estado, possibilitando o surgimento de um novo regime fiscal sustentável, aumentariam a competitividade da economia brasileira e atrairiam os investidores estrangeiros, criando as condições para um novo ciclo de desenvolvimento autossustentado. Como condição para o sucesso do Plano, possibilitariam, no primeiro momento, a sustentação da âncora cambial e, posteriormente, com as suas efetivações, o relaxamento dessa âncora – que implicaria o crescimento da dependência externa do país e a adoção de elevadas taxas de juros.

No entanto, acentua o autor, que, em face do elevado grau de dependência do capital externo, o Plano Real, apesar do sucesso inicial da estabilização da moeda e da queda da inflação, sofreu fortes impactos das crises cambiais de México, Ásia e Rússia, o

que determinou constantes flutuações do nível de atividade da economia brasileira, circunscrevendo-lhe a trajetória em quatro fases: a *expansiva*, caracterizada pela queda da inflação, aceleração do ritmo de crescimento das atividades produtivas e elevação do consumo; a *recessivo-estagnacionista*, marcada pelo impacto da crise do México e a desaceleração da economia, a de *retomada do crescimento*, no período de 1996 a junho de 1997, período em que ocorreram as eleições municipais e elevação de gastos públicos e aumento da demanda interna. Nessa fase, sublinha Filgueiras, o governo, numa ofensiva de *marketing*, afirmava que havia chegado a hora da retomada do crescimento, do início de um novo ciclo de desenvolvimento autossustentado, apoiado na definitiva estabilização dos preços.

Ressalva, porém, o autor, os elementos fundamentais do Plano que mantinham a inflação em níveis muito baixos continuavam colocando o país numa armadilha que contrapunha, de um lado, inflação reduzida com estagnação econômica ou crescimento medíocre e elevados níveis de desemprego e, de outro, crescimento mais elevado com risco de crise cambial. Tais fragilidades da economia brasileira se evidenciaram com uma nova inflexão do ritmo das atividades econômicas a partir de julho de 1997, inaugurando outro momento recessivo da economia, associado às crises dos países asiáticos e da Rússia e a novas medidas de ajuste fiscal impostas por acordo com o FMI.

Os impactos e efeitos negativos do Plano Real sobre a economia, o Estado e a sociedade são esquadrinhados nos capítulos finais do livro resenhado, momento em que aponta os erros da estratégia adotada para alcançar a estabilidade dos preços, que resultou no aumento dos desequilíbrios estruturais já existentes e na criação de outros que agravaram a instabilidade macroeconômica. Analisa, com efeito, o desfecho de uma história iniciada a partir de escolhas erradas, como colocar o país numa total dependência do capital externo, subordinar a política econômica à lógica do capital financeiro, aprofundar as reformas

liberais, e encerrada com a crise derradeira, inviabilizar a âncora cambial e sobrevalorizar o Real. A política econômica então adotada apenas promovia uma espécie de *fuga para a frente*, com efeitos perversos sobre a renda, o mercado de trabalho, as condições sociais e a situação financeira do Estado, exigindo-lhe reiterados e sucessivos ajustes fiscais que podiam saciar, momentaneamente, o “[...] apetite dos ‘mercados’ mas apenas para recolocar, mais à frente, os mesmos problemas e as mesmas contradições.”

Conclui o autor pela necessidade de um projeto de desenvolvimento que apontasse um caminho para outra forma de integração à nova ordem internacional, o que exigia um projeto nacional calcado na noção de um país soberano e voltado para o principal problema da sociedade brasileira: a exclusão econômico-social de grande parte da população. Aliás, há, na segunda edição (2003) do livro, um posfácio, em que o autor procura atualizar a análise, fundamentada no aprofundamento da crise (elevado grau de vulnerabilidade externa e de fragilidade financeira do setor público) e nas mudanças na política econômica promovidas no segundo governo de Fernando Henrique Cardoso (1999-2003), e seus impactos na economia, além dos desdobramentos nos três primeiros meses do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011).

Revisitar, portanto, o livro de Filgueiras é um imperativo para os que se preocupam com os problemas reais do país, pois o texto ilumina o passado recente e conduz a uma reflexão profunda sobre os dilemas com que se depara, atualmente, a sociedade brasileira.

**Antônia Jesuíta de Lima**

Assistente Social

Doutora em Ciências Sociais pela Pontifícia

Universidade Católica de São Paulo (PCU-SP)

Professora Associada da Universidade Federal do Piauí (UFPI)

**Universidade Federal do Piauí - UFPI**

Campus Universitário Ministro Petrônio Portella - Bairro

Ininga – Teresina/PI

CEP: 64049-550